A ARTE E A MÚSICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

RODRIGO DA SILVA ALEIXO

RESUMO

O presente Artigo tem como objetivo de enfatizar a importância do ensino de arte na Educação Infantil e Séries Iniciais. O desenvolvimento baseou-se na pesquisa descritiva e explicativa, limitando-se a pesquisa bibliográfica. Visa o esclarecimento sobre a História do ensino de Arte e Música no Brasil, a legislação vigente sobre o ensino de Arte na escola. Propõem-se estudos sobre a musicalização na escola e a sua importância para o desenvolvimento da criança. Por fim, os estudos voltam-se também para o trabalho em música e arte com jogos e brincadeiras e o docente na sala de aula.

Palavras-chave: Arte; Ensino; Música.

ABSTRACT

This article aims to emphasize the importance of teaching art in early childhood education and grades. The development was based on descriptive and explanatory research, limited to bibliographic research. It aims at clarifying the History of Art and Music teaching in Brazil, the current legislation on Art teaching at school. Studies on musicalization at school and its importance for the child's development are proposed. Finally, the studies also focus on work in music and art with games and games and the teacher in the classroom.

Keywords: Art. Teaching. Music.

INTRODUÇÃO

Desde a primeira infância as crianças já vão entrando em contato com esta variedade e pluralidade de manifestações culturais e artísticas e desenvolvendo formas próprias de admirar, apreciar e julgar as manifestações artísticas e culturais do meio social em que estão inseridas.

Vários estudiosos e pesquisadores (Duarte Junior, 2003; Ferraz e Fusari, 1994; Barbosa, 1994; Rosa, 2006 entre outros) defendem a importância do ensino de Arte na escola, como forma de proporcionar ao educando o desenvolvimento de uma postura crítica, sensível e criativa perante o mundo por meio de processos de ensino-aprendizagem em arte, como também para propiciar ao aluno a oportunidade de expressarem-se por meio das várias linguagens, materiais, suportes etc.

É amparando-se nestes preceitos que a disciplina "Arte e Música" compõem o currículo de formação de professores, como atuar nos contextos educativos e desenvolver processos significativos junto aos educandos, com vistas a favorecer seu pleno desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO

No volume destinado à Arte para o ensino fundamental da primeira à quarta série, em sua introdução, fica explicito, pelo menos parcialmente, os objetivos e a concepção que defendem para o ensino de Arte.

A área de arte que se está delineando neste documento visa a destacar os aspectos essenciais da criação e percepção estética dos alunos e o modo de tratar a apropriação a conteúdos imprescindíveis para a valorização do que lhe é próprio e favorecer o entendimento da riqueza e diversidade da imaginação humana. Além disso, os alunos tornam-se capazes de perceber sua realidade cotidiana mais vivamente, reconhecendo e decodificando formas, sons, gestos e movimentos que estão à sua volta. O exercício de uma percepção crítica das transformações que ocorrem na natureza e na cultura pode criar condições para que os alunos percebam o seu comprometimento na manutenção de uma qualidade de vida melhor. (PCN – Arte, 1988, p. 19)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Arte abrangem todos os ciclos do ensino fundamental, contemplando quatro modalidades artísticas: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro.

O Ensino de Música na escola em nosso país passou por períodos de valorização, com propostas pedagógicas ousadas e consistentes, como o Canto Orfeônico, idealizado por Villa-Lobos, como por momentos em que a música ficou apenas como um meio para desenvolver temáticas relacionadas a outros ramos do conhecimento, sem uma proposta que valorizasse seu potencial educativo, como podemos observar em muitas práticas educativas na década de 1970.

Iremos iniciar nosso estudo fazendo um breve relato das principais tendências do ensino de Música em nosso país, desde a década de 1930 até a atualidade, pois verificamos que algumas concepções já superadas, se apresentam na prática de muitos docentes na atualidade, o que é fruto, entre outros aspectos, de suas vivências e experiências na educação musical na época em que foram estudantes, ou nos preceitos que orientaram sua formação inicial.

Assim, faz-se necessário discutir as concepções presentes no cotidiano escolar, como também as propostas mais atuais do ensino de Música na educação brasileira.

Na década de 1930 a proposta educacional na área de Música foi o modelo do Canto Orfeônico, idealizado pelo músico brasileiro Heitor Villa Lobos, que foi uma importante referência por propor um projeto consistente em educação musical a todo o país.

Sua proposta foi implantada nas escolas brasileiras por meio do Decreto 18.890, de 1931, concepção que esteve em consonância com o ideário político do período entre 1930 e 1945, sendo que:

A aula de música é entendida e utilizada principalmente como funcional. Isso mostra mais claramente na concepção de Villa Lobos, que, tanto do ponto de vista institucional (leis, decretos, material didático, formação de professores), como do ponto de vista metodológico (a prática do canto orfeônico), tenta viabilizar a proposta oficial de uma educação moral e cívica. (SOUZA, 1991, p. 17).

Com o apoio do presidente da República Getúlio Vargas, em pleno Estado Novo, Villa Lobos foi convidado para assumir a Superintendência de Educação Musical e Artística – SEMA, órgão fundado pelo educador Anísio Teixeira.

Por meio da SEMA, Villa Lobos criou, entre outras ações, o Curso Especializado de Música e Canto Orfeônico, que visava preparar professores especializados para atuar nas unidades escolares, que tinha como objetivo preparar os docentes para o ensino de Música nas dimensões técnica, social e artística. No currículo do curso constavam os seguintes conteúdos: regência, canto orfeônico, orientação prática, solfejo, técnica musical, entre outros. Também foram contempladas no curso, pela primeira vez em nosso país, o estudo da etnografia e do folclore, conteúdos até então não valorizados no contexto da educação escolar.

O projeto Canto Orfeônico de Villa Lobos foi implantado e modificou o cenário da educação musical em nosso país, porém, com o decorrer do tempo, encontrou algumas dificuldades em seu desenvolvimento, entre elas:

[...] na orientação de professores, e acabou transformando a aula de música numa teoria musical baseada nos aspectos matemáticos e visuais do código musical, com a memorização de peças orfeônicas. (PCN – Arte, 1998, p,26).

Segundo os PCNs – Arte (1998), o modelo do Canto Orfeônico foi à proposta educacional para o ensino de Música para crianças que mais perdurou em nosso país, sendo desenvolvido por cerca de 30 anos.

O Canto Orfeônico só deixou de fazer parte do currículo das escolas com a implantação da disciplina Educação Musical, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Essa nova orientação, influenciada por novos modelos de educação musical propagados na Europa, provocou alterações nas concepções e nas ações didático pedagógicas de alguns professores, sendo que.

Contrapondo-se ao Canto Orfeônico, passa a existir no ensino de música um novo enfoque, quando a música passa a ser sentida, tocada, dançada, além de cantada. Utilizando jogos, instrumentos de percussão, rodas e brincadeiras, buscava-se um desenvolvimento auditivo, rítmico, a expressão corporal e a socialização das crianças, que são estimuladas a experimentar, improvisar e criar. (PCN – Arte, 1998, p. 27)

A disciplina Educação Musical é excluída do currículo do então ensino primário e ginasial pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – lei Nº 5692, de 1971, que reorganiza a estrutura formal do ensino brasileiro e inclui no currículo escolar de primeiro grau (da 1ª a 8ª séries) e no segundo grau (do 1º ao 3º ano), a disciplina Educação Artística.

A Lei 5692/71 teve como orientação a concepção tecnicista para o desenvolvimento das aulas de Arte, o que desencadeou uma prática mecanicista dos docentes. Desta forma

Nas aulas de Arte, os professores enfatizam um "saber construir" reduzido aos seus aspectos técnicos e ao uso de materiais diversificados (sucatas, por exemplo), e um "saber exprimir-se" espontaneístico, na maioria dos casos caracterizando poucos compromissos com o conhecimento de linguagens artísticas. (FERRAZ E FUSARI, 1993, p.32) Segundo Ferraz e Fusari (1994, p.37), os professores que já atuavam nas disciplinas de Música, Desenho, Trabalhos Manuais, Canto Coral e Artes Aplicadas "[...] viram seus saberes repentinamente transformados em meras atividades artísticas."

São esses os docentes que inicialmente iriam atuar como professores de Educação Artística, pois só em 1973 o governo cria o curso de graduação em Educação Artística, com um currículo que abrangia as linguagens plástica, musical e corporal, o que se mostrou inadequado, visto que é difícil que apenas um docente consiga desenvolver um trabalho consistente nas áreas musical, teatral e plástica, principalmente estes profissionais que já tinham uma formação inicial totalmente focada em uma das linguagens.

Vários autores (Ferraz e Fusari, 1993, 1994; Barbosa, 1986; Pimentel, 1999, entre outros) destacaram as inadequações que se apresentaram no desenvolvimento das aulas de Arte após a implantação da Lei 5692/71 e da Licenciatura em Educação Artística, situação está que se agrava com a publicação do Parecer 540/77, que concebeu a Educação Artística não como uma área do conhecimento, e sim como uma atividade, relacionando-a ao lazer e à qualidade de vida.

Todo esse processo foi, de maneira gradativa, reforçando a ideia de que a Arte na escola deveria ser orientada como um espaço para realização de atividades espontaneístas, de relaxamento. Assim, vingou a concepção de que:

A importância das atividades artísticas na escola reside no processo e não nos seus resultados, elimina-se a necessidade de se considerar a Educação Artística como matéria, pois não há conhecimento, não há sobre o que refletir e não há avaliação a ser feita. [...] A expressão em arte na escola era sinônimo de fazer qualquer coisa superficialmente polivalente em Artes Plásticas, Música e Artes Cênicas. Apreciar e não criticar; comunicar e não conhecer; aprender a sentir e não experenciar. (PIMENTEL, 1999, p.96)

O ensino de Música, que passou a ser ministrado na disciplina Educação Artística com um viés tecnicista, mesmo com o avanço do debate, da pesquisa e de publicações que defendiam mudanças nas concepções e na ação educativa em música.

Com vistas a alterar esta situação, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394, sancionada em 20 de dezembro de 1996, e posteriormente pela elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Arte, de 1998, que concebe a música como essencial na formação das novas gerações, possibilitando ao "[...] aluno trazer música para a sala de aula, acolhendo-a, contextualizando-a e oferecendo acesso a obras que possam ser significativas para o seu desenvolvimento pessoal em atividades de apreciação e produção." (PCN – Arte, 1998, p. 75).

Mais recentemente, foi publicada no Diário Oficial da União, a Lei Nº 11.769, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), alterando o artigo 26 da LDB 9394/96, que inclui o parágrafo 6º o seguinte texto: "A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo", ou seja, que "[...] o ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica" (Art. 2º da LDB Nº 9394, 1996).

Vale lembrar que esta lei tem três anos para ser atendida, visto que requer uma adequação curricular nos sistemas de ensino e da estrutura das unidades escolares, como também da formação dos docentes para atender esta exigência.

Para Swanwick (1988), o ensino de Música tem sua fundamentação em três correntes filosóficas: ensino musical tradicional, ensino musical centrado na criança e ensino musical multicultural. A seguir, apresentaremos de forma sucinta as principais características de cada uma dessas tendências pedagógicas.

Ensino musical tradicional – nesta concepção acredita-se que o aluno deve dominar certas habilidades e conhecer a Música. Para isso, a ênfase deve estar no aprendizado e na prática do instrumento musical, na teoria e na história da Música.

O ensino de música e o multiculturalismo – o contato com outras culturas proporciona ao educando a tomada de consciência de nosso percurso histórico, de nossa identidade cultural e de outros povos e culturas. Um importante elemento na educação das novas gerações, visto que:

O domínio de outras formas de conhecimento não tira as nossas raízes, mas assegura o acesso a esse pensamento crítico e permite estabelecer outros modelos de sociedade. Isso significa ouvir sons e escutá-los, percebê-los sem julgá-los, apreciando-os por sua forma e textura, sem preconceitos. (MENDES e CUNHA, 2001, p. 96).

Nessa perspectiva, é preciso contemplar no processo educacional em música o conhecimento sonoro das várias culturas, principalmente as que constituíam a cultura brasileira, com seus ritmos, instrumentos musicais etc.

Oportunizar à criança de conhecer os vários ritmos e gêneros musicais trará a esta criança a possibilidade de tornar-se um ser crítico capaz de comunicar-se por meio da diversidade musical.

A música também pode ser usada na Educação Infantil com crianças de 5 a 6 anos em contribuição para o processo ensino-aprendizagem. Utilizando seus vários níveis de alcance desde a socialização até o gosto musical da criança.

A musicalização é um processo de construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação. A música possui um papel importante na educação das crianças.

A música proporciona na Educação Infantil a motivação no ensino, favorecendo autoestima, a socialização e o desenvolvimento do gosto e do senso musical das crianças dessa fase, proporcionando ainda, diversos benefícios para o desenvolvimento infantil.

"Pontuar música na educação é defender a necessidade de sua prática em nossas escolas, é auxiliar o educando a concretizar sentimentos em formas expressivas; é auxiliá-lo a interpretar sua posição no mundo; é possibilitar-lhe a compreensão de suas vivências, é conferir sentido e significado à sua nova condição de indivíduo e cidadão." (ZAMPRONHA, 2002, pg.120).

A música é uma linguagem universal,

tendo participação na história da humanidade desde as primeiras civilizações. Na Grécia antiga o ensino da música era obrigatório. Pitágoras era dessa época e afirmava que em um certo período da música tinha o poder de cura, e também era muito usado em rituais, festas, ou seja, a música existe desde sempre.

No dia 18 de agosto de 2008, o Governo Federal através do Ministério da

Educação sancionou a Lei 1769/08 que altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de

1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tornando-se obrigatório o ensino de Música. Importa-se que se entenda as características da Lei acima, então entender que o projeto de lei tentava promover o resgate no sentido mais amplo e também minucioso da educação musical, não só valorizando o sentido da formação humana e da identidade brasileira, como também tentando fortalecer e motivar o sistema de ensino para contratação de profissionais com habilidades específicas para o ensino da música

Por enquanto o que se sabe é que as redes de ensino tinham o prazo até o ano de 2012 para se adaptarem às novas exigências. Todavia, Shafer (1991, p. 293) ressalta que:

Atualmente não tem sido fácil assegurar um lugar para música no contexto de sistemas públicos de educação em muitos países; mesmo onde esse lugar existe, é geralmente mais forte na escola primária, perdendo força, progressivamente, à medida que a criança cresce.

No Brasil as primeiras manifestações musicais foram trazidas pelos Jesuítas, que a princípio não focavam a educação do povo, porém, utilizavam-se da arte para trazer mais servos para Deus.

Entre aos recursos utilizados destaca-se a música, em virtude da forte ligação dos indígenas com essa manifestação artística eram eles músicos natos que, em harmonia com a natureza cantavam e dançavam em louvor aos deuses, durante a caça e pesca, em comemoração nascimento, casamento, morte, ou festejando vitórias alcançadas (LOUREIRO, 2003, p. 43).

No período Pré-escolar há oportunidades de trabalhar com várias atividades lúdicas com a música. É na Educação Infantil que a música deve ser bem trabalhada, despertando habilidades, pois o cérebro está no seu período de aceleração ativa, facilitando todos os conhecimentos, e estimulando todas as áreas cerebrais. Assim, ressalta-se a importância da música junto aos estudos científicos que buscam continuamente a melhoria da educação.

Nota-se que sobre o ensino obrigatório da música, afirma-se que não existe forma única para educação, e a escola não é o único lugar para que a mesma aconteça. Os saberes e os conhecimentos variam de acordo com os indivíduos e suas culturas. As metodologias em e práticas educativas, hoje em dia, se estendem às salas de aula, aos meios de comunicação, aos movimentos sociais, ao lar. É necessária a transmissão dos saberes na esfera educativa de forma mais adequada possível.

Segundo Brandão (1981, p. 7) o mesmo menciona que “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com educação.

Ao longo da história, a música vem desempenhando um importante papel no desenvolvimento do ser humano, nos aspectos religiosos, moral e social, contribuindo assim para a criação de hábitos e valores indispensáveis à cidadania.

Sempre esteve ligada às tradições e à cultura de cada época.

Nos povos antigos a música fazia parte do currículo escolar. Portanto, o estudo musical é desde os tempos mais remotos uma matéria fortemente significante na vida do ser humano e nas relações entre esses.

Encontra-se a música presente em todos os cantos e se faz permanente na vida das pessoas a todo o momento, seja em casa, nas ruas, nas praças, nas grandes orquestras, nos teatros e hoje mais do que nunca nas instituições de ensino. Unificar música e educação dentro do ambiente escolar pode gerar resultados gratificantes, fazendo da difícil tarefa do ensino, algo prazeroso e divertido, por conta da significativa ajuda da área musical no desenvolvimento do ser humano.

Na música, o repertório musical e a simplicidade do seu fazer transmitem às crianças ideias de valores, comportamentos e caráter. E a educação utiliza-se da musicalidade para definição, integração, controle, organização escolar, entre outros, tendo nela um componente importante da cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o desenvolvimento deste trabalho, percebe-se que a utilização de projetos é indispensável à nossa prática pedagógica, pois, trazem inovações, proporcionando uma aprendizagem mais interessante e prazerosa, tendo em vista o caráter dinâmico do mesmo.

Atividades como ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mãos, etc. despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atender as necessidades de expressão que passam pe-

las esferas afetiva, estética e cognitiva.

Aprender música significa integrar experiências que envolvem a vivência, a percepção e a reflexão, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados.

Portanto, na aula de Arte o aluno não fica preso a ideias fixas, porém se própria de objetos que fazem parte do meio em que vive. Ele raciocina sobre como reutilizar os materiais disponíveis e cria uma nova composição, despertando o senso crítico de suas produções e dos colegas, o que colabora para processo de aprendizagem.

Vale apena salientar que a música está presente em todas as culturas, nas mais diversas situações: festas e comemorações, rituais religiosos, manifestações cívicas, políticas e lazer, assim torna-se indispensável sua presença no ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae T. Teoria e prática da Educação Artística, São Paulo: Cultrix, 1975.

_____. (org). História da arte-educação. São Paulo: Max Limonad, 1986.

BORGES, T. M. M. A criança em idade pré-escolar: desenvolvimento e educação. 3°ed. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação

_____, Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. 33 ed. Brasília: MEC / SEF, 2001. v. 6.

BRÉSCIA, V. L. P. Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva. São Paulo: Átomo, 2003.

BRITO, T. A. Música na educação infantil – propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peneirópolis, 2003.

BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CRUZ, Thiago A. N. Arte Contemporânea e Psicopedagogia: um complemento no processo de aprendizagem em sala de aula. Psique (São Paulo), v. VI, pp. 40-45, 2011.

CUNHA, Rosemyriam. Jovens no espaço interativo da musicoterapia: o que objetivam por meio da linguagem musical. Universidade Federal do Paraná, 2003.

Dissertação de mestrado.

_____. Musicoterapia social e comunitária. Texto apresentado em mesa redonda do XXII Simpósio de Musicoterapia – Goiânia, 2006.

DUARTE JR, João Francisco. Por que arte-educação? Campinas: Papirus, 1994.

FERRAZ, Maria Heloísa C. de T.; FUSARI, Maria F. de R. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 1993.

FERRAZ, Maria Heloísa C. de T.; FUSARI, Maria F. de R. Metodologia do ensino de arte. São Paulo: Cortez, 1993.

_____ _. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 1993.

FERNANDES, V. da S.R. A música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser. Disponível em http://br.noticias.yahoo.com/25/08/2009 tecnologia-negocios--estudo-desenvolve-inteligência-e-integração.html>. Acesso em 25/08/2009.

JUNIOR, J.F.D. Fundamentos estéticos da educação. São Paulo: editora Cortez, 1981.

LOUREIRO, A.M.A. O ensino da música na escola fundamental. São Paulo:

Papirus, 2003.

LOWENFELD, Viktor, BRITTAIN, W. L. Desenvolvimento da capacidade criadora.

Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo, Editora Mestre, 2010.

MENDES, Enicéia. Reconstruindo a concepção de deficiência na formação de recursos humanos em educação especial. In: Perspectivas multidisciplinares em educação Especial.

PIMENTEL, Lúcia Gouveia. Limites em expansão: licenciatura em artes visuais.

Belo Horizonte: C/Arte, 1999.

PONTES, E. G. (2008). Ao som da música. Revista do Professor. Porto Alegre.

ROMANELLI, G. Como a música conversa com as outras áreas do conhecimento. Revista Aprendizagem, Pinhais, n.14, p.24-25, 2009.

ROSA, N. S. S. Educação musical para a pré-escola. São Paulo: Ática, 1990.